

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

2

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2021

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

2

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Geografia: espaço, ambiente e sociedade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia: espaço, ambiente e sociedade 2 / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-785-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.854211412>

1. Geografia. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.

CDD 910

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra: “**Geografia: Espaço, ambiente e sociedade 2**”, apresenta pesquisas que se debruçam sobre a compreensão do espaço, por meio das ações das distintas sociedades, que resultam da síntese relacional entre a natureza e a ação humana. Nesse sentido, historicamente em diferentes lugares os grupos humanos desenvolveram técnicas cada vez mais avançadas para garantir não só as necessidades de suas populações, mas também o seu poder e domínio sobre o território. Dessa forma, tais técnicas tornaram-se realmente complexas, mas sem deixarem de lado a premissa mais básica desde o surgimento dos primeiros agrupamentos: a necessidade de utilização e transformação da natureza. Como consequência, ocasionou impactos negativos sobre o espaço geográfico, que podem ser percebidos em distintas escalas.

Partindo desse entendimento, o livro composto por dezesseis capítulos, resultantes de pesquisas empíricas e teóricas, de distintos pesquisadores de diferentes instituições e regiões brasileiras e uma de Moçambique, apresenta pesquisas que interrelacionam ações humanas sobre o espaço e destacam a centralidade das relações de poder na constituição social. Entre os temas abordados, predominam análises de integração e porosidade territorial, patrimônio arqueológico, avaliação e utilização de resíduos sólidos, gênero e comunidades tradicionais, educação ambiental, saneamento básico, conurbação urbana, clima, entre outros.

Para mais, destacamos a importância da socialização dos temas apresentados, como forma de visibilizar os estudos realizados sob dissemelhantes perspectivas. Nesse sentido, a Editora Atena, se configura como uma instituição que possibilita a divulgação científica de forma qualificada e segura.

Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A IMPORTÂNCIA DO NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO PARA DIMINUIR AS PERDAS DE ÁGUA NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO

Ricardo dos Santos Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114121>

CAPÍTULO 2..... 13

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE EQUAÇÕES DE FATOR DE SEGURANÇA

Felipe Costa Abreu Lopes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114122>

CAPÍTULO 3..... 21

AVALIAÇÃO DA UMIDADE RELATIVA DO AR NO PERFIL TOPOCLIMÁTICO DO PICO DA BANDEIRA, MINAS GERAIS

Emerson Galvani

Thais Bassos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114123>

CAPÍTULO 4..... 37

CLASSIFICAÇÃO DE ANOS PADRÃO DE PLUVIOSIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA-SP

Ivan Vasconcelos de Almeida Sá

Edelci Nunes da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114124>

CAPÍTULO 5..... 50

CONTRACARTOGRAFANDO JUNTO A COMUNIDADES TRADICIONAIS: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Ícaro Cardoso Maia

Alcindo José de Sá

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114125>

CAPÍTULO 6..... 60


EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA – O CASO DE UMA ESCOLA RURAL, NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE

Jorginaldo Calazans dos Santos

Flaviano Oliveira Fonseca

Antenor Santos do Carmo

Thamires Cristina de Oliveira Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114126>


CAPÍTULO 7..... 69

ESTRATÉGIAS DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS PARA A CONTRIBUIÇÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE TERRA E NA MELHORIA DA QUALIDADE DO AMBIENTE, NO

DISTRITO DE MUANZA: CASO DE ESTUDO NA SEDE DISTRITAL, ENTRE 2014 a 2019
– MOÇAMBIQUE

Maria Albertina Lopes da Silva Barbito

Abel Armando Nhacuirima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114127>

CAPÍTULO 8..... 80

O MOVIMENTO INTERESTADUAL DE MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO
BABAÇU: DESAFIOS E LUTAS PELO ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS DO
TERRITÓRIO

Gilson de Araújo Silva

Talita Maria Machado Freitas


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114128>

CAPÍTULO 9..... 89

RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL: ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS
PARA O ENCAMINHAMENTO DO RESÍDUO CLASSE A NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ
– SP

Romária Pinheiro da Silva

Jumara Soares das Chagas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114129>

CAPÍTULO 10..... 102

OS BRINQUEDOS ARTESANAIS DE MIRITI CONFECCIONADOS NA AMAZÔNIA
BRASILEIRA: A PRODUÇÃO NO PARÁ

Jumára Soares das Chagas

Simey Thury Vieira Fisch

Romária Pinheiro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141210>


CAPÍTULO 11..... 122

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES: EVIDÊNCIA
DA OCUPAÇÃO HUMANA PRÉ-COLONIAL NO EXTREMO SUL DE SANTA CATARINA

Carolina Porto Luiz

Geovan Martins Guimarães

Juliano Bitencourt Campos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141211>

CAPÍTULO 12..... 135

POROSIDADE TERRITORIAL E ESTADO: A CONCEPÇÃO DE FRONTEIRA NA
PERSPECTIVA DA POLÍTICA HAITAINA

Guerby Sainte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141212>


CAPÍTULO 13..... 148

RODOVIA/AVENIDA DR. LAMARTINE PINTO DE AVELAR NA CIDADE DE CATALÃO

(GO): USO DO SOLO URBANO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS CALÇADAS

Ainglys Cândido Pinheiro

Randolpho Natil de Souza


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141213>

CAPÍTULO 14..... 158

A AUSÊNCIA DE INTEGRAÇÃO TERRITORIAL E A DETERIORAÇÃO OPERACIONAL DO MODELO DE BRT NO RIO DE JANEIRO: O CASO DA LINHA TRANSCARIOCA

André Luiz Bezerra da Silva

Mauro Kleiman

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141214>


CAPÍTULO 15..... 165

ILHAS DE FRESCOR URBANO: ESTUDO DE CASO EM PORTO ALEGRE – RS

Lizia De Moraes De Zorzi

Mino Viana Sorribas

André Luiz Lopes da Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141215>

CAPÍTULO 16..... 175


O PANTANAL ARAGUAIANO

Paulo Roberto Martini

Valdete Duarte

Egídio Arai

Luaê Andere

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141216>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 184

ÍNDICE REMISSIVO..... 185

CAPÍTULO 12

POROSIDADE TERRITORIAL E ESTADO: A CONCEPÇÃO DE FRONTEIRA NA PERSPECTIVA DA POLÍTICA HAITAINA

Data de aceite: 01/12/2021

Guerby Sainte

Universidade Estadual de Campinas,
Departamento de Geografia
Campinas – São Paulo

RESUMO: O objetivo deste trabalho é levantar algumas considerações sobre a porosidade da fronteira e Estado tendo como a concepção de território na perspectiva da política haitaina em relação das suas atividades econômicas e comerciais fronteiriças. Há uma escassez de estudos históricos, sociológicos e, sobretudo, geográficos haitianos, feitos por haitianos sobre esse tão importante processo explicativo da vida de relações na ilha. Em relação à natureza da faixa de fronteira que foi implementada pelos dois Estados, a geografia insular não pode ser explicada sem o reconhecimento do papel histórico que desempenha a fronteira, tanto para dividir quanto para compartilhar. Tais divisões socioterritoriais entre os países, que historicamente foram colonizados, mostram plenamente a ligação com o espaço geográfico da fronteira, dadas a incorporação desses territórios nas redes comerciais.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira. Haiti. Porosidade territorial. Estado

BORDER POROSITY AND STATE: THE CONCEPTION OF TERRITORY FROM THE PERSPECTIVE OF HAITAIN POLICY

ABSTRACT: The objective of this article is to raise some considerations about territorial porosity and state: the conception of territory from the perspective of haitain policy in relation to its economic and commercial activities on the border. There is a scarcity of Haitian historical, sociological and, above all, geographical studies, carried out by Haitians on this very important explanatory process of the life of relationships on the island. Regarding the nature of the border strip that was implemented by the two states, insular geography cannot be explained without acknowledging the historical role played by the frontier, both in dividing and sharing. Such socio-territorial divisions between countries, which were historically colonized, fully show the connection with the geographic space of the border, given the incorporation of these territories in commercial networks.

KEYWORDS: Border. Socio-spatial training. Haiti. Territorial porosity.

INTRODUÇÃO

A fronteira entre Haiti e República Dominicana representa o limite de jurisdição e de soberania territorial e geoestratégica dos dois Estados. Assim, parte-se de uma abordagem de que os episódios mais recentes particularizam as metodologias que se desdobram na história das faixas de fronteira entre esses dois países coloniais, que nem sempre possuíram um

traçado notoriamente fixado, mesmo depois de seu mapeamento. Apesar disso, a fronteira foi considerada como linha convencional que é mais ou menos reforçada, sujeita aos diversos eventos geográficos. Portanto, a técnica de reprodução espacial dos sistemas temporais, dado que cada nova organização temporal não pode reproduzir integralmente sua marca sobre a parcela do espaço alcançado. Nota-se que a dinâmica de estruturas históricas decorridas deixa marcas e possui traços históricos e justaposição de tempos, excluindo um espaço raramente acertado e metaforseando pela realização de renovação.

Levando-se em conta da divisão territorial da ilha, a formação socioespacial promovida como sistema de mediação não se restringe à capacidade dessa desenvoltura. Porém, do lado avesso, procura-o fortalecer por causa da perspectiva dinâmica entre os objetos espaciais, do arranjo das formas geográficas e estrutura territorial, que são geralmente representação política do espaço. Sendo assim, a formação que se interpõe às escalas geográficas e às organizações espaciais e também às escalas levam ao contexto de fixidez evolutiva para se revigorarem as esferas da economia e da política do espaço no período contemporâneo.

O momento em que se expressam as descontinuidades no sentido político de um Estado, respectivamente de um país, a formação socioespacial pode ser usada como espaço que revela a reminiscência ou diferentes períodos sócio-históricos da sociedade. Essa discussão feita sobre a teoria de periodização de espaço geográfico e formação socioespacial, é muito relevante para a pesquisa tanto sobre a fronteira e o território quanto sobre análise construída acerca da noção do espaço, está diretamente relacionada à formação sócio-histórica e espacial da ilha colonizada por França e Espanha.

Dessa forma, foi reconhecida geralmente como uma herança histórica, visto que o Haiti não pode chegar a se desfazer de sua própria história. Além disso, esses episódios mais recentes determinam as metodologias que se desdobram na história das regiões de fronteira da República Dominicana e do Haiti, que nem sempre possuíram um tracejado obviamente definido, mesmo depois de seu mapeamento.

Contudo, ela foi considerada como uma linha convencional que é mais ou menos ativada, subordinando-se aos acontecimentos geográficos. Acerca disso, estabeleceremos uma discussão sobre as diferentes fases dos eventos geográficos que levam posteriormente a uma divisão política da fronteira, não somente no período da conquista do espaço territorial por Cristóvão Colombo em 1492, mas também sobre a formação espacial e os usos presentes da fronteira entre o Haiti e a República Dominicana após o período colonial. É nesse contexto que a fronteira muda de lugar por meio dos acordos políticos entre os dois países coloniais e mantém-se um limite significativo.

Contudo, ao subordinar os períodos consecutivos ao modo de produção no qual interfere/controla ainda o desenvolvimento de outros sistemas, acaba por se tornar um objeto essencial da totalidade social e de suas dinâmicas da sociedade. Desse modo, tal categoria de formação econômica, espacial e social entre os dois Estados, está vinculada ao

reconhecimento do espaço como uma instância social. Cabe observar, ainda, que, às vezes, a fronteira exterioriza algumas restrições econômicas por meio das normas estabelecidas entre os Estados pelo fato de que elas apresentam fluxos migratórios de mão de obra e pela presença dos circuitos de atividades comerciais. Portanto, a reflexão sobre o território para manter as formas de organizações do espaço econômico faz com que a mobilidade das pessoas se entrelace com os limites e, porventura, produza novas transformações nos espaços geográficos da fronteira devido à circulação dos fluxos comerciais. Por essa razão, há a necessidade de controle por meio de normas (nacionais e internacionais) e da administração aduaneira na gestão da circulação nas fronteiras.

Em relação à gestão da fronteira entre o Haiti e a República Dominicana através da franquia aduaneira, embora forneçam um mecanismo relativamente eficiente para a passagem de mercadorias através da fronteira sem pagar impostos, os mercados de fronteira não são o único meio de levar mercadorias informalmente (CFI, 2016). Ainda que haja poucas evidências, é possível subornar as estâncias aduaneiras para obter as mercadorias sem declará-las ou pagar menos impostos do que as obrigatórias. Posto isso, tais práticas existem em ambos os lados da fronteira e podem fugir dos registros estatais.

É importante que ressaltemos atualmente, então, que os fronteiras porosas apresentados como fronteira são indicados por formas contraditórias e diversificadas de práticas da apropriação das trocas comerciais, recursos econômicos. No entanto, a fronteira põe em prática em função das desigualdades táticas de dominação, de hegemonia e de agenciamento na perspectiva de estabelecer o controle sobre os fluxos de mercadorias (MEZZADRA, 2016). Portanto, essas práticas ideológicas se efetivam na mobilização de usar a fronteira como mecanismo que possibilita convidar algumas facções para o usufruto, no âmbito do crescimento da riqueza e da competição com o motivo análogo que sarcasticamente comprova os limites, como parte do impulso da necessidade da ordem, da estabilidade e austeridade.

Como ainda não existem políticas públicas que reconheçam as interações de fronteira, notadamente as imateriais, como socioculturais, funcionários daqueles organismos de controle nacionais, muitas vezes, por ignorar as práticas locais ou por considerá-las transgressivas dos territórios nacionais, acabam por tomar medidas arbitrárias, tais como o fechamento do posto de controle durante o período da noite pelos militares para controlar supostamente a circulação de mercadoria e de pessoas (REDON, 2010).

Nessa perspectiva, existe uma lógica entre a fixidez das fronteiras e a fluidez das informações. Portanto, as políticas de fechamento de fronteiras geralmente são alusivas (CATAIA, 2013). Assim, a porosidade territorial tem destaque na qualidade dos territórios nacionais que possibilita sua relação com o exterior, a partir de uma base institucional incumbida da regulação da mobilidade das pessoas e de mercadorias (ARROYO, 2001).

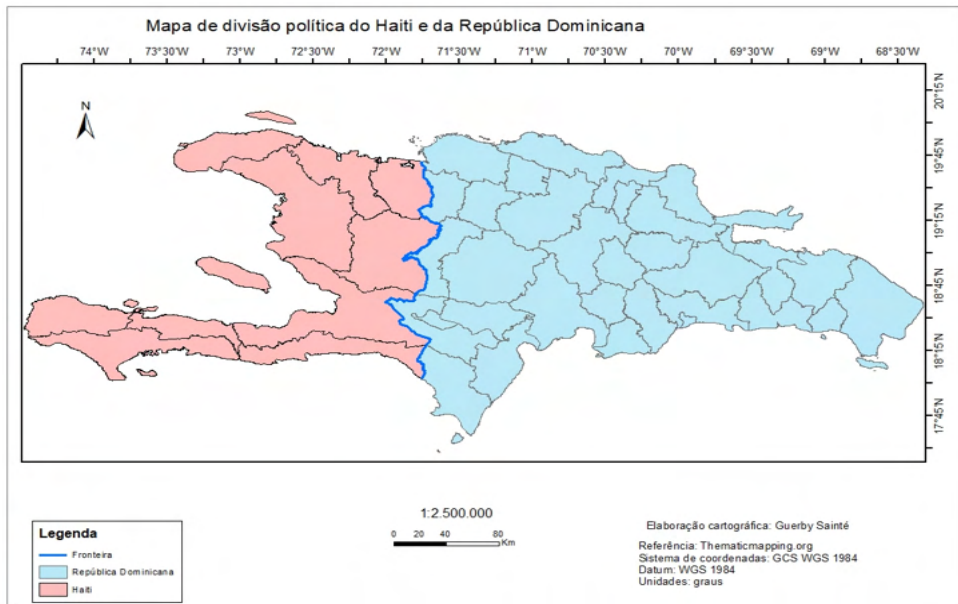
Assim sendo, no âmbito das cobranças de impostos estabelecidos pelo serviço alfandegário do lado dominicano, de acordo com relatório de *Centre de Facilitation des*

Investissements de 2016, a fraude pode ser explicada por dois aspectos. Ambos podem ser a consequência de isenção do imposto sobre valor agregado (IVA) ou TVA (*Taxe sur les Valeurs Ajoutées*) para os bens exportados concedidos pelo governo dominicano. Isso procede em um potencial admissível para as empresas que influenciam o sistema de diversas formas:

Em primeiro lugar, pelas mercadorias declaradas como exportações para a alfândega Dominicana que não entram no mercado haitiano. E, de fato, os caminhões que transportam esses bens voltam-se ao mercado dominicano, com a possibilidade de distorcer o jogo da competição através da economia de pagamento de seus impostos. Podemos perceber que o resultado de tal comportamento poderia ser um aumento artificial nas exportações reportadas em relação ao seu nível real. E, em segundo lugar, as mercadorias que são efetivamente exportadas para o Haiti podem ser supervalorizadas por uma empresa para aumentar a restituição do imposto cobrado. Portanto, o efeito de tal comportamento seria também um crescimento artificial nas exportações declaradas à alfândega dominicana em relação ao seu nível atual.

FRONTEIRA TERRITORIAL DO HAITI E SUAS INTERAÇÕES ESPACIAIS

A fronteira entre Haiti e a República Dominicana representa o limite de jurisdição e de soberania territorial e geoestratégica dos dois Estados. Assim, parte-se de uma abordagem de que os episódios mais recentes particularizam as metodologias que se desdobram na história das faixas de fronteira entre esses dois países coloniais, que nem sempre possuíram um traçado notoriamente fixado, mesmo depois de seu mapeamento. Apesar disso, a fronteira foi considerada como linha convencional que é mais ou menos reforçada, sujeita aos diversos eventos geográficos, como apresenta no Mapa 1, que mostra a nova divisão política do território do Haiti e da República Dominicana.



Mapa 1. Mapa de divisão política do Haiti e da República Dominicana

Fonte: Sistema de projeção cartográfica WGS1984, Thematicipping.org (2019).

Elaboração própria do autor (2019).

Nesse caso, os dois Estados devem estabelecer esforços mais ampliados para impulsionar uma cooperação política, comercial e estratégica para proteger as áreas de fronteira e também as soberanias nacionais. Há uma importância crucial nacionalmente liderando o processo de relativização múltipla do Estado. Torna-se essencial para os fronteiriços e os contrabandistas que o Estado desempenhe uma função na luta pelo controle do território com consequência na dinâmica das técnicas de atravessamento e fortalecimento geopolítico dos episódios demográficos, da ampliação nas reflexões políticas de uma interdependência de Estado e da segurança de suas próprias fronteiras territoriais.

A fronteira não é considerada apenas um meio de diversificação territorial, é também um meio de distinção temporal. Assim, há uma unanimidade na literatura de que é com o surgimento do Estado Moderno que a fronteira linear ou limite, necessariamente demarcado e delimitado, torna-se fundamental para a construção do Estado, que precisou, especificamente, impulsionar os critérios de sua soberania territorial. Essa lógica, ainda assim, pertence à idealização moderna de fronteira como delimitação territorial e nacional do Estado (Raffestin (1974; 1993; Foucher, 1991; 2007).

No cenário atual, é importante considerar a característica polissêmica da área fronteiriça, que é o limite da jurisdição estatal. Na realidade, são áreas determinadas pelos Estados conforme os seus próprios interesses políticos e estratégicos, definida como uma faixa de fronteira. Esse limite, que pode ser natural ou artificial, contorna o remoto do

território físico do Estado (CATAIA, 2013). Ademais, segundo Machado (2000), é um limite jurídico do território considerado como uma subjetividade conceituada e construída pela atividade institucional no contexto de estabelecer o domínio efetivo do Estado territorial, sendo uma ferramenta de fragmentação entre unidades políticas soberanas. Dado que a fronteira é também uma faixa oposta à linha do limite, os Estados implementam a ampliação desta faixa.

De tal forma, Mattos (1990) expõe que a fronteira é determinada como uma faixa de contato com outras soberanias, com espaço aéreo, com o mar e terrestre, nas quais as delimitações jurisdicionais e do direito de uso são controladas pelas leis internacionais. Nesse contexto, a fronteira se define como uma região sensível, na qual os direitos da soberania dos Estados se unem territorialmente. Destaca-se, por meio de uma observação feita sobre a fronteira que delimita o território do Haiti e da República Dominicana, que, segundo Moudde (2006), a fronteira é representada de maneira abstrata e notória em um mapa de divisão política. Porém, essa identificação é exteriorizada, uma vez absorvida na vida das comunidades fronteiriças, como uma realidade muito heterogênea e complexa.

Este processo de exteriorização das fronteiras se manifesta pela compreensão por parte do seu interesse, materializado e geoestratégico, no aprimoramento e na evolução dos mecanismos de territorialização e na incorporação de políticas orientadas para o espaço e a zona fronteiriça (FOUCHER, 1991, 2007). Ainda assim, a questão Pós-Guerra Fria mostrou uma recente noção da região de fronteira, que torna a ser porosa, atendendo à natureza dos fluxos transnacionais que se revelam à modernidade (CATAIA, 2013; MEZZADRA, 2015).

No contexto da natureza dos fluxos transnacionais que se estabelecem em diversas fronteiras, Haiti e República Dominicana não escapam ao evidenciar o processo de divisão política da ilha, marcado pelas interações sócio-históricas e comerciais transfronteiriças. Tais interações espaciais são fundamentais na particularização dos lugares e dos sistemas de diferenciações dos espaços, indicando as similaridades e as rupturas nas relações comerciais estabelecidas entre o Haiti e a República Dominicana. Esse contexto, que determina a organização do espaço geográfico e das cooperações bilaterais, possui as influências recíprocas e os efeitos produzidos nas escalas regional e nacional, repercutindo não só na relação política, mas também nas relações socioespaciais e econômicas.

Percebe-se que as cooperações bilaterais, ou seja, políticas e econômicas mantidas entre os dois Estados insulares, podem levar ao fortalecimento da economia dos países no intuito de trazer uma satisfação das populações, não só aos que mantêm uma vivência de fronteira. Também possuem um impacto sobre as diversas regiões dos países, tais como a criação de empregos e as trocas de mercadorias devido à circulação de fluxos de pessoas entre os dois Estados. Em relação aos acordos comerciais constituídos entre os dois países, a fronteira passa por uma série de mobilidade incessante de fluxos de mercadorias e transações internacionais entre os fronteiriços.

Em consequência disso, as regiões fronteiriças passam a sofrer uma nova forma de reconfiguração territorial e revitalizam a visão geográfica das áreas ao trazer uma relevância ao espaço territorial. E, ligada à fronteira do Haiti e da República Dominicana, evidencia um processo de desenvolvimento econômico, dada a atividade de troca promovida na faixa de fronteira pela população local. Em razão da dinâmica econômica e comercial na estrutura geográfica das fronteiras de dois países que tiveram uma herança colonial, torna-se essencial à rede regional que conecta as cidades transfronteiriças, relocará-las por meio de uma interpretação de maneira concreta. Além disso, essas redes urbanas devem proporcionar uma nova estrutura regional devido à construção do mercado binacional que leva a área de fronteira ao cenário internacional.

DINAMIZAÇÃO DA FRONTEIRA DO NORTE DO HAITI: O CASO DE OUANAMINTHE E DAJABÓN

Como resultado, podemos perceber que as concepções de idas e vindas entre os usos e reproduções que aparecem adaptadas ao estudo da área de fronteira possuem, respectivamente, dois aspectos: material e ideal. A questão material refere-se a todos seus destaques que registram no real: as estações de costumes, os terminais e os rios. O ideal, por sua vez, expõe as atribuições que dão significado a um espaço. Assim, os espaços nacional e internacional articulam-se, construindo relações e dinâmicas próprias e estimuladas pelos sujeitos fronteiriços.

Nesses espaços, estão estabelecidas as identidades nacionais distintas que constroem e reelaboram, capazes de construir um novo lugar, com aspectos regionais. Essas áreas de fronteiras não respeitam as barreiras nem as normas estabelecidas pelos Estados, visto que há atividades e interações dos agentes fronteiriços impulsionando as dinâmicas fronteiriças informais. Ademais, destacam-se as economias de mediação, em que os lucros e perdas são adquiridos por efeito de diferenças de juros e de câmbio, de diferenças de legislação trabalhista ou ambiental e, em consequência, de distintas normas institucionais ou de estatuto político que passam a explorar, de forma legal e ilegal, a essência das fronteiras internacionais dos Estados.

Assim, o fluxo de comércio informal traz alguns inconvenientes para a economia do país: em primeiro lugar, quando os bens contornam as alfândegas, eles não pagam impostos ou taxas. A redução das receitas fiscais dos direitos de importação e outras taxas de importação podem ter um impacto significativo na capacidade do governo de fornecer serviços. Em segundo lugar, a falta de controle das normas de entrada/saída dos produtos no país pode ter efeitos negativos sobre os consumidores.

Em terceiro lugar, esforços implementados para buscar uma estratégia industrial usando tarifas como um método de proteger a indústria local são notados. Ademais, em quarto lugar, uma economia saudável e competitiva baseia-se em condições de

concorrência equitativas entre empresas, mas pode ser criado um desequilíbrio entre os importadores formais, que têm de suportar custos mais elevados (em termos de impostos) e os importadores informais, que têm custos mais baixos ou que contornam as fronteiras para não pagarem impostos. E, por fim, a segurança interna é, em certa medida, baseada no controle de armas, drogas e pessoas que podem entrar no país. Um sistema onde os fluxos de mercadorias não são verificados na fronteira reduz a capacidade do Estado de manter essa segurança. Apresenta-se uma possibilidade de que a faixa de fronteira possua alguma agilidade na mobilidade de fluxos de comércio informal, conforme os interesses de custo e de vantagem, que acarretam melhores efeitos de preços para esses comerciantes que transportam as mercadorias, aplicando-se de um lado ou de outro da fronteira.

MOBILIDADE DAS FRONTEIRAS E SUAS ECONOMIAS

Essa maleabilidade e as características da informalidade combinam-se impecavelmente aos padrões de fronteira presentes naquela região e apontam para regular aos paradigmas socioespaciais das áreas de fronteiras a que se vinculam os Estados nacionais. É interessante observar a porosidade da fronteira por meio dos comércios informais, que podem levar a apresentar algumas vantagens e certos custos para as empresas e consumidores, muitas vezes, evitando pagar os impostos exigidos pelos serviços alfandegários.

Essas mercadorias que entram no país informalmente podem ter como consequências, em primeiro lugar: lucros mais elevados para importadores, que poderiam vender maiores quantidades de mercadorias aos consumidores a um preço mais baixo possível, ou quantidades similares, mas com uma taxa mais elevada em cada produto. Em segundo lugar, os preços são mais baixos para os consumidores, uma vez que os produtores/importadores optam por beneficiar os custos mais baixos ou aumentam assim o poder de compra dos consumidores, cuja população busca formas alternativas de sobrevivência para dinamizar o circuito inferior da economia urbana, como as feiras e demais tipos de comércios informais e ilegais na faixa de fronteira. Conforme mostra a Figura 2.



Figura 2. Pequenos comércios no mercado transfronteiriço de Dajabón (2019)

Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainte, realizado em fevereiro de 2019

Dentre as mercadorias vendidas ao mercado transfronteiriço, há algumas que são produtos industrializados ou preparos fabricados na República Dominicana, que são os produtos comercializados e vendidos aos comerciantes haitianos, e esses produtos também são revendidos nos mercados locais, regionais e nacionais. Também há uma parte dos comerciantes que vendem produtos tradicionais ou alimentícios (legumes, cenoura, pimentão, ovos e tomates), que se destinam ao consumo direto da população, não só para a comunidade fronteiriça, mas também para as diferentes regiões do Haiti. É para o comércio pobre que vai a distribuição de quase a totalidade de produtos alimentícios, dos frutos e legumes frescos. Também são considerados como exemplo do circuito inferior praticado no mercado fronteiriço de dois países.

Assim, os comerciantes das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e de Dajabón frequentam diariamente o mercado transfronteiriço. Esse mercado forma ainda um polo atrativo e um subsistema do circuito superior para a população da região norte do país.



Figura 3. Comércio de sapatos no interior do mercado de Dajabón – 2019
Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainte, realizado em fevereiro de 2019.

Ainda os comerciantes, para frequentar o mercado transfronteiriço (binacional), os haitianos não precisam de documentos oficiais (passaportes, visto), uma vez que não ultrapassam a barreira que separa o mercado e o território de Dajabón, conforme os tratados assinados entre os dois países. Segundo o relatório do CEI-RD (2016), o comércio fronteiriço entre o Haiti e a República Dominicana construiu-se no objetivo de formalizar o mercado binacional; um censo foi realizado em 2009 sobre os compradores e vendedores nos mercados de fronteira. Porém, a quantidade de produtos oferecidos pelos comerciantes é extensa, pois oferecem vários tipos e qualidades de mercadorias em uma única tenda. Assim, dentro dos diferentes fluxos de comerciantes que vendem e compram mercadorias no mercado fronteiriço, houve uma grande parte que faz comércio ambulante no interior ou ao redor dos mercados, na praça pública e também na calçada ao venderem as mercadorias para manter a sobrevivência. Grande parte desses produtos comercializados na fronteira está relacionada ao circuito inferior da economia urbana.

Dentre os diversos tipos de mercadorias que ocupam o mercado fronteiriço de Ouanaminthe e Dajabón, o circuito inferior da economia urbana desempenha um papel significativo ao englobar as pequenas ocupações urbanas, tanto comerciantes ambulantes quanto pequenas empresas formais pouco capitalizadas que vendem os produtos manufaturados e/ou industrializados no mercado fronteiriço de Ouanaminthe e Dajabón. Dessa forma, tanto as empresas formais como as atividades informais são vulneráveis às instabilidades econômicas, visto que fazem parte do mesmo circuito. Ainda assim, este não se mantém por si próprio, porém em relação às partes superiores. Assim, sua fragilidade e

instabilidade podem ser uma reflexão desta interdependência.

Os sujeitos frequentam o mercado binacional e cruzam as fronteiras para trabalhar em fábricas e empresas de produção, comércio e serviços localizados na fronteira. Soma-se a isso, por um lado, a proteção e a construção de grandes centros comerciais que transfundem a estrutura espacial da cidade e, por outro, o aumento da economia informal, isto é, dos vendedores ambulantes que disputam o controle da economia em espaços públicos, um reflexo do crescimento da pobreza urbana nesses países e, obviamente, nessas fronteiras. Assim, as trocas de mercadorias de fronteira destacam um papel essencial na vida dos lugares, regionais e nacionais.

Para promover as economias regionais das cidades ligadas às atividades comerciais entre os fronteiriços, Cano (2011) menciona que a cidade pode estar inserida em uma nova postura política e passar por um processo de revitalização em questões de finanças públicas, favorecendo a reconstrução das linhas mais gerais de uma dinâmica e efetiva política de localização das atividades econômicas dessas cidades (principalmente nas áreas fronteiriças).

Em virtude dos fatos mencionados, entende-se que a fronteira existente entre o Haiti e a República Dominicana não é exclusivamente um espaço político e geoestratégico onde cada Estado mantém o controle no limite dessa jurisdição; percebe-se que a fronteira desempenha um papel relevante na passagem e nos caminhos para o trânsito de pessoas e fluxo de mercadorias, de um Estado para o vizinho. Dado que a fronteira entre Haiti e República Dominicana, além das divergências ideológicas, geopolíticas, político-institucionais, culturais e econômicas, exercem em ambos Estados, práticas sociais transnacionais, às vezes, ilegais que constantemente produzem nas demarcações nacionais instituídas constituídas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que certamente convida à reflexão numa faixa de fronteira, é à disposição das infraestruturas existentes, o que pode ser suficiente para demonstrar a presença de um Estado e a sua integração ao país vizinho. Emerge a função legal e jurídica como limitador de ampla integração, complementaridade e solidariedade. Mesmo vivendo num período marcado por intensas relações internacionais, em que os Estados são pressionados a ampliar a porosidade de suas fronteiras; num período em que diversas organizações da sociedade se mundializam, ultrapassando qualquer fronteira, vigora a duplicidade de infraestruturas nas áreas fronteiriças. Dessa forma, os comércios transfronteiriços consolidam principalmente os centros urbanos do país. Isocronicamente aproveitam-se os mercados fronteiriços cuja falta de permanência, de estabilidade e impactos financeiros impede o desenvolvimento estável. Porém, o aumento significativo do comércio binacional deve logicamente gerar um aumento idêntico nas percepções alfandegárias no Haiti.

Essa particularidade estabelecida na região de fronteira entre Ouanaminthe e Dajabón é uma comprovação que apresenta a realidade cotidiana na fronteira. Além das características divergentes, em um contexto complicado e difícil, apresenta, também, as complementaridades entre essas duas cidades, nas suas relações socioespaciais, territoriais e culturais, em suas práticas de atividades comerciais, de circulação de fluxos de pessoas e de serviços oferecidos pela população local, regional e nacional. Ainda, essas complementaridades repercutem, também na circulação das informações que unificam e dissociam as duas populações tão desiguais na área de fronteira.

REFERÊNCIAS

ALFONSO, Haroldo Dilla; CARMONA, Clarissa. Notas para la historia de la frontera dominico-haitiana. In VV. AA. **La frontera dominico-haitiana**. Un estudio multidisciplinario. Santo Domingo: Banco Interamericano de Desarrollo, 2010, p.33-74.

ALFONSO, Haroldo Dilla. La regionalización precaria en la frontera dominico/haitiana. Si Somos Americanos. **Revista de Estudios Transfronterizos**, v. XVI, nº 1, p. 15-41, 2016.

BOURGEOIS, Catherine. Os “pèpès” contra o Estado: circulação de artigos têxteis de segunda mão na fronteira Haiti-República Dominicana e negociações sobre sua comercialização. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 43, nº 1, p. 36-59, agosto, 2016.

BAUBRUN, Ardouin. **Etudes sur l’histoire d’Haïti**. Paris: Imprimerie de E. Donnaud, 1860.

ANO, Wilson. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Editora: Unicamp, 2011.

CATAIA, Márcio. **Fronteiras: territórios em conflito**. In Anais do XIII Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia (EPEG). Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2010.

_____. Território: fundamento e fundamentação do estado. Uberlândia, Revista Sociedade Natureza do Estado, vol.23 n.1. p.115-124, 2011.

_____. Quem tem medo das fronteiras no período da globalização? **Revista Terra Livre**, vol.1, nº 40, p.65-80, 2013.

CEI-RD. Perfil comercial: **República de Haiti**. Santo Domingo: Centro de Exportación e Inversión de la República Dominicana (CEI-RD), 2016.

Centre de Facilitation des Investissements (CFI) (2016). **Les flux commerciaux entre Haïti et la République Dominicaine**. Opportunités pour accroître la production haïtienne. Port au Prince, 2016. Disponível em <http://www.haitilibre.com/docs/flux2.pdf>. Acessado em 29 de março de 2020.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteiras geográficas. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 9, n.10, p.1-25, 2014.

FOUCHER, Michel. **Front et frontières: un tour du monde géopolitique**. Paris: Fayard, 1991.

_____. **L’obsession des frontières**. Ed. PERRIN, Paris, 2007.

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras. da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, vol. 8, p.10-29, 2000.

MATTOS, C. de M. **Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. **La frontera como método, o, la multiplicación del trabajo**. Buenos Aires. Tintas Limón, 2016, 509 p.

MOUDDEN, Lena Poschet E. **Villes à la frontière et transformation de l'espace: le cas de Haïti et la République Dominicaine**. Thèse de Doctorat à la faculté de l' environnement naturel, architectural et construit. École Polytechnique Fédérale de Lausanne, 2006.

REDDON, Marie. Frontière poreuse, État faible? Les relations Haïti/ République dominicaine à l'aune de la frontière. **Bulletin de l'Association de géographes français**, v. 87, n° 3, p. 308-323, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abastecimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 64, 71, 76, 78, 79

Água 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 22, 27, 56, 64, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 85, 105, 106, 107, 108, 112, 126, 168, 172, 180

Análise 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 28, 29, 30, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 58, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 72, 73, 79, 102, 131, 136, 148, 151, 152, 155, 164, 165, 170, 172, 174

Anos 3, 4, 9, 10, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 57, 60, 62, 74, 78, 81, 82, 85, 86, 90, 96, 110, 122, 123, 125, 134, 159, 161, 179, 183

Avaliação 11, 20, 21, 22

C

Cidadania 84, 154

Cidade 2, 47, 70, 72, 86, 97, 99, 102, 114, 121, 128, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 167, 172, 173

Comunidades tradicionais 50, 51, 52, 53, 57, 58, 80, 84, 86

Conflito 55, 146

Conhecimento 1, 7, 28, 39, 50, 65, 66, 67, 73, 85, 108, 119, 132, 178

Contexto 21, 24, 36, 51, 53, 54, 61, 62, 64, 66, 67, 73, 81, 82, 84, 136, 140, 146, 152, 156, 157, 163

Cultura 23, 51, 52, 53, 57, 58, 59, 61, 84, 92, 102, 103, 120, 131, 134

D

Desenvolvimento 14, 15, 22, 28, 29, 30, 35, 60, 61, 63, 64, 71, 77, 81, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 102, 111, 115, 116, 121, 136, 141, 145, 158, 163, 164, 184

Desenvolvimento regional 102

Diversidade 25, 49, 61, 80, 82, 111

E

Educação ambiental 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 101

Escola 12, 60, 62, 64, 66, 67, 100, 183

Espaço 36, 43, 44, 47, 48, 52, 62, 64, 65, 70, 72, 73, 76, 92, 117, 118, 119, 130, 135, 136, 137, 140, 141, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 163

Espaço geográfico 36, 73, 135, 136, 140

Estudo 1, 11, 12, 14, 21, 22, 28, 35, 37, 38, 39, 41, 48, 52, 54, 55, 62, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 79, 82, 91, 97, 100, 121, 123, 124, 141, 152, 158, 159, 161, 165, 166,

167, 172, 173, 175, 176, 177, 183

F

Fonte 3, 4, 6, 8, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 63, 64, 65, 67, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 81, 83, 85, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 103, 107, 108, 112, 114, 118, 120, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 139, 143, 144, 161

G

Geografia 11, 13, 20, 21, 28, 35, 36, 37, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 82, 87, 88, 135, 146, 148, 156, 173, 184

H

Humano 60, 61, 66, 70, 94, 150

L

Lugar 29, 50, 55, 57, 118, 132, 136, 138, 141, 142, 151, 156, 160, 161

M

Metodologia 11, 15, 27, 39, 56, 72, 79, 91, 100, 102, 166

Movimento 54, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 150

Mulheres 70, 74, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87

Município 2, 3, 4, 7, 8, 9, 11, 24, 38, 39, 44, 47, 62, 67, 68, 79, 85, 89, 91, 97, 98, 99, 103, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 132, 133, 134, 160, 168, 169

N

Natureza 35, 52, 60, 61, 62, 66, 68, 74, 77, 92, 111, 112, 115, 116, 135, 140, 146

Necessidade 7, 60, 63, 66, 67, 92, 99, 119, 120, 131, 137, 148

O

Ocupação 52, 69, 70, 72, 75, 76, 78, 122, 125, 126, 129, 131, 133, 134, 168, 174

Organização 58, 63, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 95, 104, 120, 136, 140

P

Paisagem 36, 50, 55, 56, 57, 58, 78, 81, 93, 94, 115, 134, 151

Participação 9, 53, 57, 77, 88, 90, 94, 95, 152, 153

Patrimônio 58, 122, 124, 125, 129, 131, 132, 133

Pesquisa 11, 14, 36, 39, 50, 51, 53, 54, 57, 58, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 72, 79, 82, 87, 91, 96, 97, 100, 101, 102, 122, 123, 124, 126, 129, 131, 136, 148, 149, 153, 154, 155, 156, 164, 173, 184

Problema 14, 56, 72, 75, 76, 96, 111, 162

R

Relações 28, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 87, 135, 140, 141, 145, 146, 151, 153

Resíduos 64, 68, 76, 77, 78, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 106, 108, 113, 117, 120

Rodovia 63, 133, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155

S

Saneamento básico 1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 70

Social 2, 6, 50, 52, 55, 57, 59, 61, 66, 69, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 92, 96, 108, 120, 129, 136, 137, 149, 150, 153, 154, 157, 158, 159, 163, 164

Sociedade 52, 56, 57, 66, 85, 90, 91, 94, 95, 125, 136, 145, 146, 150, 151, 152, 153

Sustentável 64, 66, 69, 71, 72, 73, 84, 89, 90, 91, 92, 94, 111, 115, 120, 132, 158, 159, 164

T

Tecnologia 11, 60, 63, 121

Terra 51, 52, 56, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 78, 81, 82, 85, 87, 125, 146, 156, 175, 176, 177

Territorial 52, 55, 56, 58, 71, 72, 77, 78, 79, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 150, 158, 159, 184

Território 50, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 69, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 123, 126, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 146, 147, 158, 159, 179, 184

Trabalho 9, 13, 14, 15, 21, 22, 28, 35, 37, 39, 40, 41, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 57, 60, 62, 64, 65, 67, 71, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 91, 102, 103, 106, 107, 111, 112, 114, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 135, 143, 144, 148, 150, 167, 177, 178, 180, 182, 183

U

Umidade 15, 21, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 39, 49, 114, 162, 172

Urbano 70, 71, 72, 77, 92, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 159, 163, 164, 165, 166, 168, 172, 173

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br